

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 25638674/2025 - SAMA.NAD.ACC

### 1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.**

1.1 Trata-se de estudo preliminar para processo de contratação de empresa especializada em estudos envolvendo monitoramento, diagnóstico e proposição de Plano de Mitigação de Impacto de Via Pública sobre fauna silvestre, a ser desenvolvido ao longo da Avenida Santos Dumond, onde localiza-se a unidade de conservação, Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro do Iririú, zona Industrial de Joinville.

1.2 O estudo faz-se necessário para salvaguardar a fauna presente na unidade de conservação e a segurança dos condutores que percorrem a Avenida Santos Dumond. Atende ao cumprimento de sentença nº 5013985- 85.2023.8.24.0038/SC (autos originários: AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL Nº 5015738-82.2020.8.24.0038/SC), a qual determina ao município que cumpra a "elaboração e a implementação de medidas para mitigar-se o atropelamento de animais silvestres na avenida Santos Dumont".

1.3 Somente por meio de um diagnóstico pode-se obter elementos que justifiquem a necessidade de implantação e/ou mitigação de atropelamento de fauna silvestre no local e quais medidas são mais apropriadas. Qualificar o monitoramento de fauna atropelada é a única forma de otimizar o recurso investido em prol da redução do maior impacto ambiental direto da presença de infraestrutura viária na biodiversidade.

1.4 Um monitoramento bem delineado deve ter começo, meio e fim, deve ter perguntas a serem respondidas e deve ter como um de seus resultados a avaliação do impacto sobre uma ou mais espécies e sua consequente proposição de estratégias de mitigação.

1.5 Após esse planejamento inicial é que medidas mitigadoras que impactam na travessia de fauna na via podem ser executadas e posteriormente monitoradas em sua efetividade, por meio de um plano orientativo.

1.6 Os estudos deverão seguir as orientações do PROGRAMA DE MITIGAÇÃO E MONITORAMENTO DOS IMPACTOS DE RODOVIAS NA FAUNA SILVESTRE (PROMIRF, 2022) da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade de Santa Catarina.

1.6.1 Justificado pela complexidade do projeto descrito acima e o detalhado no item 5 deste documento de Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que trata-se de bens e serviços especiais, conforme o Art. 6º, inciso XIV da Lei nº 14.133/2021 em que se lê:

"XIV - bens e serviços especiais: aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma do inciso XIII do caput deste artigo, exigida justificativa prévia do contratante".

1.7 A Secretaria de Meio Ambiente não possui recursos humanos e equipamentos suficientes para realizar os serviços de monitoramento, diagnóstico e proposição de medidas mitigadoras para o atropelamento de fauna em avenidas urbanas.

### 2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.**

2.1 O Plano de Contratações Anual poderá ser exigido a partir do exercício de 2024, de acordo a Instrução Normativa nº 03/2024 (0023970042), aprovada por meio do [Decreto nº 64.109/2024](#), contudo, até a presente data, a Administração Municipal não divulgou o Plano de Contratações Anual do exercício de 2025.

2.2 A contratação encontra amparo na [Lei nº 8.993, de 31 de agosto de 2021](#), que dispõe sobre o PPA - Plano Plurianual 2022-2025 do Município de Joinville, conforme Despesa PPA: 236 - 20 . 44001 . 18 . 541 . 2 . 2.3325 . 0 . 000000 (0021630701).

### 3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.**

3.1 Para a presente contratação, devem ser atendidos os seguintes requisitos mínimos:

a) Substituir no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após notificada, os serviços que apresentarem defeitos/vícios, ocultos ou não, e/ou que se tornarem impróprios para uso a que são destinados, e/ou, que não correspondam com o Memorial Descritivo, sem ônus para CONTRATANTE;

b) As despesas decorrentes da execução do serviço correrão por conta da CONTRATADA;

c) Identificar seus funcionários, ou terceiros, responsáveis pela execução dos serviços;

d) Obedecer, quando for o caso, às recomendações dos fabricantes, normas técnicas, resoluções, portarias da ANVISA, ABNT, INMETRO, as disposições legais da União, do Estado de Santa Catarina, do Município de Joinville, dentre outros, que estiverem em vigor;

e) Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes deste fornecimento, inclusive perante terceiros;

f) Promover a destinação final ambientalmente adequada e a logística reversa, sempre que a legislação assim o exigir.

g) Arcar com o uso de ferramentas e equipamentos necessários para a execução do serviço, sem ônus para a CONTRATANTE, bem como, quando for o caso, com a remoção de item existente e/ou instalado.

3.2 Os serviços ora pretendidos se enquadram nos serviços não continuados contratado por escopo, que são aqueles que impõem aos contratados o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.

3.3 A empresa a ser contratada deverá ter experiência em serviços de elaboração de estudos para diagnóstico de fauna. Para a concretização do plano de mitigação, faz-se necessário que a contratada possua expertise tanto na área de diagnóstico dos diversos grupos de fauna quanto sobre atropelamento de fauna em estradas e rodovias. Para tanto, se faz necessário que a Contratada possua profissionais com experiência nas técnicas de diagnóstico ambientais, sob pena de execução inadequada e/ou atraso do serviço.

3.4 Deverá a empresa possuir planejamento de segurança do trabalho, contendo a proposta das medidas de proteção coletiva específicas e das medidas rotineiras de segurança a serem adotadas ao longo dos serviços.

### **3.5 Formas e critérios de seleção do fornecedor.**

3.5.1 Elencamos como critério de aceitabilidade o menor preço global, observados os demais requisitos dispostos no Edital.

3.5.2 O regime de empreitada da contratação será o de execução indireta por empreitada por preço global, observados os demais requisitos dispostos no Edital.

3.5.3 No que se refere aos critérios de habilitação técnica, a contratada deverá apresentar:

3.5.3.1 A proponente deverá demonstrar a capacidade técnico-profissional e a capacidade técnico-operacional.

3.5.3.1.1 Indicação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.

a) Apresentar o Registro do profissional indicado no conselho competente;

b) Apresentar atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes àquela a ser contratada, ou seja: Plano de Mitigação do Impacto de Via Pública sobre a Fauna (PMI).

c) Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

3.5.3.1.2 Apresentar certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto dessa licitação, que corresponda a 20% (vinte por cento) do total a ser executado:

a) área de 0,563Km<sup>2</sup> de Plano de Mitigação do Impacto de Via Pública sobre a Fauna (PMI).

b) Será permitido o somatório de atestados para fins de atendimento do quantitativo exigido.

### **3.5.4 Da Qualificação Econômico-Financeira**

3.5.4.1 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

3.5.4.2 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), conforme metodologia a ser detalhada no Edital, e conforme já praticado em outros editais no Município;

3.5.4.3 Capital social ou patrimônio líquido mínimo, no percentual de 10% do valor estimado da contratação, nos moldes do art. 69, § 4º da Lei nº 14.133/2021;

3.6 Os demais requisitos específicos estão dispostos no Memorial Descritivo, constante neste Processo SEI nº 25.0.126471-6.

## **4 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)**

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.**

4.1 Para a presente contratação, a estimativa das quantidades serão obtidas, de modo geral, considerando-se 4,1 quilômetros da Avenida Santos Dumond, entre a Rua Tenente Antônio João e Rua Guilherme Klein e faixas de 300 metros para cada lado deste trecho da via (entorno).

4.2 De modo geral, para o levantamento das quantidades foram analisados os dados geográficos dos

limites da unidade de conservação e sua zona de amortecimento.

4.3 O período de monitoramento será de no mínimo 8 meses, em virtude da sazonalidade dos deslocamentos das espécies de fauna.

## 5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

**De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.**

5.1 A elaboração do diagnóstico e Plano de mitigação de Impacto sobre a fauna é medida anterior a implementação de medidas mitigadoras em via pública. Tem objetivo de demonstrar quais melhores alternativas técnicas e econômicas para tomada de decisão, respondendo a perguntas como o que mitigar, por que mitigar e como mitigar, visando a efetividade e economicidade na implantação posterior das infraestruturas necessárias na via.

5.2 Em pesquisa de campo pela equipe técnica, restou constatado que o mercado atua para fins de estudos de fauna deste porte e complexidade por meio de universidades e consultorias ambientais.

5.2.1 É praxe de mercado que tais empresas atuem no ramo de estudos ambientais e, desta forma, devem possuir o acervo técnico (CAT) e atestado de capacidade técnica, bem como o responsável técnico para conduzir o estudo como um todo.

5.3 Não há situação específicas ou complexidade técnica do objeto, que justifique a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício.

5.4 As soluções para atender a necessidade da Administração são:

5.4.1 Demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvendo a contratação de empresa especializada devidamente habilitada, com capacidade técnica suficiente, que prestem serviços de elaboração de diagnóstico e plano de mitigação de impacto de via pública sobre a fauna silvestre.

5.4.2 Estima-se com a presente contratação a economicidade com a correta definição do escopo do estudo, quanto a definição apropriada do tamanho da área e dos dados indispensáveis a sua realização. Também será relevante pela definição de alternativas efetivas e economicamente viáveis de ações para mitigar o impacto da via pública sobre a fauna. **Há também a relevância de que a contratação visa atender demanda de ação civil pública, com trânsito em julgado, na qual o município pagará multa diária se não houver a implementação de medidas para mitigação de atropelamento de fauna na Avenida Santos Dumond.**

5.5 A contratação de serviços técnicos especializados para elaboração de Plano de Mitigação do Impacto (PMI) demonstra-se como a melhor solução e maior vantajosidade, pois haverá melhor utilização dos recursos financeiros, pois a empresa executará o monitoramento, diagnóstico e proposição de estratégias de mitigação de impacto da via pública sobre a fauna silvestre da região.

## 6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

**De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.**

6.1 Os valores estimados para a contratação estão discriminados no presente processo, após a conclusão da pesquisa de preços, e cotações com prestadores desse tipo de serviço, sendo que os valores deverão estar compatíveis com o histórico de contratações anteriores. No entanto, de início estima-se a contratação no valor de até R\$ 308.381,38 (trezentos e oito mil trezentos e oitenta e um reais e trinta e oito centavos).

## 7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

**De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.**

7.1 Após análise das soluções de mercado supra elencadas, considerando os elementos dispostos em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a contratação de serviços técnicos especializados objetivando a elaboração do Plano de Mitigação do Impacto de Via Pública sobre a Fauna Silvestre (PMI) na Avenida Santos Dumond, conforme item 5.5.

7.2 Durante o desenvolvimento dos trabalhos pela empresa contratada, serão contempladas atividades como: levantamentos de campo relacionados ao meio físico, biótico e socioeconômico, diagnósticos, bem como a elaboração e estruturação dos componentes de planejamento e posterior redação do documento "Plano de Mitigação de Impacto".

## 8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

**De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.**

8.1 Considerando a formatação da execução dos serviços, que devem ser compatíveis entre si, não é tecnicamente e economicamente viável dividir o objeto dessa contratação, visto que as etapas devem ser executadas sequencialmente, sendo que o resultado de uma etapa tem impacto direto na subsequente.

## 9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

**De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.**

9.1 Os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termo de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido, que muitas vezes não está diretamente interligado a todas essas questões. No caso, busca-se a elaboração de um Plano de Mitigação de Impacto de Via Pública sobre a Fauna Silvestre, e também em atendimento ao cumprimento de sentença nº **5013985-85.2023.8.24.0038/SC (autos originários: AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL Nº 5015738-82.2020.8.24.0038/SC)**.

9.2 Entretanto, faz-se relevante constar que os resultados pretendidos a todos os níveis (economicidade, aproveitamento de recursos - seja de qualquer espécie) estão atrelados a formatação da contratação, no sentido que estão previstas as contratações pelo critério de julgamento de menor preço global.

**10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.**

10.1 Importante pontuar que quanto a equipe técnica de fiscalização, essa Secretaria possui servidores com experiências técnicas e conhecimento acerca do serviço, bem como, caso necessário pode-se solicitar o suporte das demais Secretarias.

10.2 Não há a necessidade de contratações prévias à execução do Contrato.

10.3 Ainda, resta a orientação que quando da indicação dos membros para fiscalização do contrato, em atendimento ao princípio da segregação de funções, o coordenador da despesa deverá observar que não se recomenda que os membros da elaboração da fase preparatória atuem como membros da comissão de fiscalização. Todavia, para o presente caso, como se trata de estudo desenvolvida por equipe multidisciplinar, e que haverá a necessidade de avaliação dos produtos entregues também por equipe multidisciplinar, recomenda-se que a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização seja composta por membros adicionais aos que participaram da etapa de planejamento, caso seja imprescindível a participação destes na etapa de execução.

**11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.**

11.1 Não há contratações correlatas e/ou interdependentes no âmbito da administração pública municipal, tampouco junto aos consórcios CINCATARINA e CIM-AMUNESC.

**12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS**

**De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.**

12.1 Não se vislumbra impacto ambiental para a contratação. No entanto, caso cabível, a contratada deverá observar a destinação adequada dos resíduos decorrentes da contratação, bem como priorização do envio de documentos pelos meios eletrônicos (e-mail, transferência de arquivos, etc) em detrimento aos documentos impressos em papel.

**13. ANÁLISE DE RISCOS**

**De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual**

Analisando os Riscos da Contratação, podemos indicar os seguintes elementos:

| Identificação  | Consequência   | Análise        |         | Avaliação |       | Tratamento | Conduta   |
|--|--|----------------|---------|-----------|-------|------------|---|
|  |  | Probabilidade  | Impacto | Pontuação | Risco |            |   |
| PLANEJAMENTO/LICITAÇÃO   |  |                |         |           |       |            |   |
| Dificuldade de encontrar referências de preços em contratos públicos               | Atraso na elaboração do orçamento e consequente atraso no processo licitatório | Provável       | Médio   | 9         | Alto  | Evitar     | Submeter o processo à análise por mais de um técnico para revisão e compatibilização                |
| Atraso nos procedimentos administrativos, da requisição de compras até homologação | Postergação do início do serviço   | Provável       | Médio   | 9         | Médio | Mitigar    | Estabelecer comunicação eficaz entre a unidade requisitante e a unidade responsável pelos processos |
| Licitação deserta para um ou mais itens  | Necessidade de realização de novos certames                                    | Pouco Provável | Baixo   | 4         | Médio | Mitigar    | Rever cláusulas do Termo de Referência  |

|   |   |                |       |   |       |                    |   |
|---|---|----------------|-------|---|-------|--------------------|---|
| Licitação fracassada para um ou mais itens                                  | Necessidade de realização de novos certames | Pouco Provável | Baixo | 6 | Médio | Mitigar            | Rever cláusulas do Edital   |
| Impugnação do Edital  | Necessidade de realização de novos certames | Raro           | Baixo | 2 | Baixo | Mitigar            | Rever cláusulas do Edital   |
| Preços incompatíveis com o mercado  | Licitação deserta ou fracassada             | Raro           | Baixo | 2 | Baixo | Mitigar            | Realizar ampla pesquisa de preços   |
| <b>CONTRATAÇÃO</b>  |   |                |       |   |       |                    |   |
| Contratado não assinar o contrato   | Atrasos na execução contratual              | Raro           | Baixo | 2 | Baixo | Mitigar/transferir | Prever penalidades no Edital  |
| Descumprimento dos prazos de execução sem pedido de prorrogação formalizado | Atrasos na execução contratual              | Provável       | Médio | 9 | Baixo | Mitigar            | Checar os meios de comunicação com o Contratado. Prever penalidades em caso de reincidência |

#### 14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

| Parâmetro considerado  | Sim | Não | Observação / Comentário |
|--|-----|-----|-------------------------|
| 1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?                                | x   |     |                         |
| 2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?  | x   |     |                         |
| 3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?   | x   |     |                         |
| 4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?                        | x   |     |                         |
| 5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)                | x   |     |                         |
| 6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares. | x   |     |                         |
| 7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?  | x   |     |                         |

Conclusão: Com base nas informações levantadas durante este estudo, e considerando a necessidade de cumprimento de decisão judicial, a Equipe/Comissão de Planejamento entende ser viável a solução por meio da contratação dos estudos técnicos para elaboração do Plano de Mitigação de Impacto de Via Pública sobre fauna silvestre, considerando as informações constantes no Estudo Técnico Preliminar para a presente contratação, vez que se mostrou tecnicamente a mais adequada à necessidade e fundamentadamente atendendo ao interesse público.



Documento assinado eletronicamente por **Jamil El Khaitib, Servidor(a) Público(a)**, em 30/05/2025, às 10:39, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Magda Cristina Villanueva Franco, Gerente**, em 30/05/2025, às 11:30, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **25638674** e o código CRC **4805882D**.

Rua Dr. João Colin, 2.719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC - [www.joinville.sc.gov.br](http://www.joinville.sc.gov.br)